

Concepções (equivocadas) de professores sobre inclusão.

Gerson S. Mól* (PQ), Roseane F. Fernandes (PG).

Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências – Universidade de Brasília, Brasília - DF.
gmol@unb.br

Palavras Chave: *Inserção, formação de professores, pessoas com deficiência, cegos.*

Introdução

A educação de pessoas com necessidades especiais ganhou impulso no Brasil a partir da década de 1990 devido à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que define a Educação Especial como modalidade de educação escolar e que o atendimento a essas pessoas deve ocorrer, de preferência, na rede regular de ensino. Atualmente, essa educação já é uma realidade no sistema de ensino. No entanto, a inclusão almejada ainda não é realidade, até porque a grande maioria dos sujeitos envolvidos não tem clareza do que é inclusão.

A inclusão considera que todos são diferentes e têm direito de participar e participar ativamente da sociedade. Para isso, a inclusão de pessoas com deficiência deve ser total e incondicional, considerando que as mesmas não precisam “se preparar” para a sociedade. Ao contrário, a sociedade é que deve se adaptar para atender todas as pessoas, sem ou com deficiência.

A inserção ou integração, entretanto, considera que a participação de pessoas com deficiência irá ocorrer à medida que essas dão conta de participarem do que é colocado aos demais de forma padronizada. Ou seja, essas pessoas devem se adaptar aos modelos existentes na sociedade. Essa confusão conceitual leva a processos que não favorecem o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Por sua vez, professores, em exercício ou em formação, ainda não estão preparados adequadamente para lidar com essa realidade. Por isso, a procura por cursos e atividades relacionadas a esse tema é grande. Tentando atender essa demanda temos, com grande frequência, ministrado cursos e oficinas que abordam o ensino de Química a pessoas com deficiência, principalmente as com deficiência visual, nosso principal campo de pesquisa e atuação.

Nessas atividades, geralmente, começamos por aplicar uma atividade que leva os participantes a refletirem e escreverem sobre o que pensam e conhecem no campo da Educação Inclusiva.

Esse trabalho apresenta a análise das respostas de uma das questões presentes nesse questionário da atividade que busca conhecer como os participantes compreendem a inclusão.

Resultados e Discussão

A questão colocada para os participantes, professores de Química, do Ensino Médio e de instituições de Ensino Superior, e alunos de diferentes instituições em Ensino Superior (IF Sul de Minas, IF Goiano, UEMG, UERR, UFAM, UFG, UFSJ, UFU, UFV, UFVJM, UnB, UNIFAL e UNIFEI) era: O que você entende por inclusão?

A análise das respostas indica que apenas uma parcela reduzida dos participantes, cerca de um quinto, tem clareza do que é inclusão. Como indicam as respostas: “A inclusão é o processo de adaptação de um meio social para atender as necessidades dos indivíduos” (professor do ensino público e mestrando em EC); “Trata-se do poder de transformar todas as atividades para que elas sejam realizadas por todos” (licencianda em Química).

Entretanto, a maior parte das respostas, cerca de quatro quintos, indica que os participantes compreendem que incluir é simplesmente inserir, como indicam as respostas: “Acredito que seja o ato de acolher/aceitar tudo aquilo que está fora do padrão” (licenciando em Química); “Inclusão: todas as pessoas merecem estar junto da sociedade” (licencianda em Química); “Inserir determinado indivíduo em um ambiente onde normalmente ele não esta habituado, de forma que ele venha a se sentir bem” (licenciando em Química).

Deve ficar claro que essa é uma manifestação que indica concepções prévias e foi redigida antes da análise e discussão feita durante a oficina. Nas discussões ocorridas durante as atividades, sempre é possível perceber a evolução desse conceito, até porque as pessoas que participam dessas atividades já têm predisposição para tal.

Conclusões

O conceito de inclusão não é claro e é frequentemente confundido com inserção. Nossos dados indicam a grande necessidade de se trabalhar adequadamente os conceitos, e também as práticas, de inclusão para que ela realmente ocorra de forma efetiva, possibilitando o desenvolvimento integral de todos.

¹ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.